

Novidade sem o Novo: educação e inovação no neoliberalismo

Newless Novelties: education and innovation in neoliberalism

Novidad sin el Nuevo: educación y innovación en el neoliberalismo

Bruno Antonio Picoli  

Samuel Mânica Radaelli  

Resumo

No contexto do neoliberalismo enquanto racionalidade hegemônica com pretensão de Totalidade, a reflexão propõe investigar qual a dimensão educativa da concepção neoliberal de inovação? Parte da discussão iniciada por Benjamin e Polanyi que afirmam que o capitalismo assume a forma de um fenômeno religioso cujo princípio, o ganho, fundamenta todas as decisões. Afirma que o neoliberalismo compreende o estágio em que a dimensão teológica do capitalismo se manifesta de forma inequívoca e que, por sua vez, tem no sofrimento, na pressão por resultado e novidade, sua liturgia permanente. Por fim, afirma que a concepção neoliberal de inovação compreende a materialização da teologia neoliberal. Conclui que o neoliberalismo é, em si, um fenômeno educativo na medida em que modela subjetividades neoliberais e que tem hoje, no discurso ubíquo da inovação uma de suas principais formas de mobilização de seus valores e princípios.

Palavras-chave: Educação; neoliberalismo; inovação; teologia; sofrimento.

Abstract

In the scenario of neoliberalism as a hegemonic rationality with a claim to Totality, the reflection proposes to investigate what is the educational dimension of the neoliberal conception of innovation? Part of the discussion initiated by Benjamin and Polanyi who state that capitalism takes the form of a religious phenomenon whose basis, gain, underlies all decisions. It states that neoliberalism comprises the stage in which the theological dimension of capitalism manifests itself unequivocally and that, in turn, has in suffering, in the pressure for results and novelty, its permanent liturgy. Finally, it states that the neoliberal conception of innovation comprises the materialization of neoliberal theology. It concludes that neoliberalism is, in itself, an educational phenomenon insofar as it models neoliberal subjectivities and that today, in the ubiquitous discourse of innovation, one of its main ways of mobilizing its values and principles.

Keywords: Education; neoliberalismo; innovation; theology; suffering.

Resumen

En el escenario del neoliberalismo como racionalidad hegemónica con pretensión de Totalidad, la reflexión se propone investigar ¿cuál es la dimensión educativa de la concepción neoliberal de la innovación? Parte de la discusión iniciada por Benjamin y Polanyi quienes afirman que el capitalismo toma la forma de un fenómeno religioso cuya base, la ganancia, subyace a todas las decisiones. Afirma que el neoliberalismo comprende la etapa en la que la dimensión teológica del capitalismo se manifiesta de manera inequívoca y que, a su vez, tiene en el sufrimiento, en la presión por los resultados y por novedad, su liturgia permanente. Finalmente, afirma que la concepción neoliberal de innovación comprende la materialización de la teología neoliberal. Concluye que el neoliberalismo es, en sí mismo, un fenómeno educativo en la medida en que modela subjetividades neoliberales y que tiene hoy, en el omnipresente discurso de la innovación, una de sus principales formas de movilizar sus valores y principios.

Palabras clave: Educación; neoliberalismo; innovación; teología; sufrimiento.

Introdução

“Inovar não é mais uma questão de escolha”. Esta é a primeira oração de um artigo disponível no Portal do SEBRAE (2022) que tem como subtítulo “Inovar se tornou uma exigência do mercado, que está cada vez mais competitivo e em constante mudança”. Algo demasiado similar se encontra em artigo no Portal do Ipropose (2023): “inovar não é mais uma escolha”, e, no subtítulo, “inovação não é apenas possível, mas essencial para se destacar em um ambiente altamente competitivo”. Os dois exemplos têm caráter ilustrativo, as fontes, inclusive, poderiam ser outras: outros portais na rede mundial de computadores, webpalestras e podcasts, livros de autoajuda, livros e artigos acadêmicos etc. Aqui interessa destacar que as duas ideias mobilizadas (a de que não há outro caminho e a de que as mudanças desenham um ambiente cada vez mais competitivo) são hegemônicas e tomadas como naturais e irreversíveis.

A concepção de inovação hegemônica é a concepção da racionalidade hegemônica: o neoliberalismo. Enquanto forma de vida o neoliberalismo se projeta à Totalidade (Souza, 2020). Nesse sentido é também um fenômeno educativo. Plá (2022, p. 35) compreende “o educativo” como “a dimensão inerente às relações humanas que [...] abarca tanto a transmissão de saberes como a formação dos sujeitos. [...] é uma intenção de transmitir um valor”. Assim, o neoliberalismo não só pressiona por mudanças no campo educacional, mas para além disso, educa, já que mobiliza de forma ubíqua e pervasiva seus valores como se fossem a própria “Verdade”. Considerando isso, a reflexão se propõe a seguinte questão: qual o educativo da concepção neoliberal de inovação?

Na busca por enfrentar a questão proposta, a reflexão está organizada em três partes. Na primeira, discutimos o capitalismo neoliberal e apontamos a sua dimensão religiosa. Na segunda, nos debruçamos sobre uma especificidade do capitalismo neoliberal: a relação com o sofrimento, ou melhor, a transformação do sofrimento em lucro. E na terceira, buscamos compreender como a ideia neoliberal de inovação compreende a materialização da teologia neoliberal e qual a sua dimensão educativa, ou seja, como interfere na subjetividade dos sujeitos sujeitados a esse ambiente “que está cada vez mais competitivo e em constante mudança”, ou seja, todos nós.

Neoliberalismo como teologia

O Mercado hoje assume contornos de uma divindade onipresente em todas as interações. É tomado como ente metafísico de decisão, norte para a organização da sociedade e de suas instituições, através dele se forjam instâncias estatais que devem se inspirar na eficiência das corporações privadas. Para além disso, até mesmo as relações pessoais são organizadas a partir de princípios mercadológicos. Para além de um sistema econômico que regra as trocas comerciais, o funcionamento dos bancos, a produção e a circulação/concentração das riquezas, o neoliberalismo compreende uma forma própria de vida (Dunker, 2017), uma forma de ser e de pensar (Grenier; Orléan, 2007) que almeja a Totalidade. E outras palavras, uma concepção de existência em que as coisas só fazem

sentido na medida que são úteis, lucrativas. Não apenas as coisas, também as relações precisam apresentar um balanço, demonstrarem-se efetiva ou potencialmente favoráveis em termos de ganhos, mesmo que não sejam estritamente de “dinheiro”. Sobre essa afirmação, o melhor caminho é ouvir Friedman, sobre um tema inusitado: as vantagens e desvantagens da paternidade/maternidade:

deve-se admitir que os filhos desempenham um duplo papel: são um bem de consumo, um modo de gastar a renda para adquirir satisfações, uma alternativa para a compra de carros ou serviço doméstico ou outros bens; são ao mesmo tempo um bem de capital produzido por uma atividade econômica, uma alternativa para a produção de máquinas, edifícios e outras coisas. [...] O fato de que os filhos sejam, nesse sentido, um produto conjunto, significa que se deve combinar os dois tipos de consideração: [...] Visto como um bem de consumo, a quantidade produzida será determinada pelo custo relativo dos filhos, comparados a outros bens de consumo, a renda disponível para todos os usos, gastos e preferências [...] Visto como um bem de capital, a quantidade produzida será determinada pelos rendimentos que se esperam dele, em comparação com os bens de capital, e pelo custo relativo de produzir este ou outros bens de capital alternativos (*apud* Hinkelammert, 1983, p. 103-104).

Benjamin, em texto incompleto da década de 1920, afirmava que “O capitalismo apresenta-se como uma religião, isto é, serve essencialmente para satisfazer as preocupações, os tormentos, os desassossegos a que antes as chamadas religiões davam respostas” (2019, p. 35). O autor afirma que não se trata de um conjunto de ideias que foram possíveis em razão de uma estrutura religiosa, mas como um “fenômeno essencialmente religioso”. Os traços que Benjamin identifica só se tornariam mais claros nas décadas seguintes. Ao afirmar que “o capitalismo é uma pura religião de culto” o autor destaca que tudo só adquire valor na medida em que é útil, em que oferece algum tipo de ganho. Afirma também que se trata de um culto de duração permanente. Ou seja, não há um dia, uma hora sequer, que não possa ser dedicada ao culto, que não possa ser lucrativo.

Dufour (2008, p. 86) corrobora a tese benjaminiana remontado ao léxico religioso empreendido por Adam Smith, que, afinal, era teólogo (Dermange, 2003). Dufour afirma que não é possível compreender a invenção do Mercado sem inscrevê-la nas questões referentes à Providência, ou seja, aos modos divinos do governo. Ao sustentar que a sociedade se apresenta como um conjunto de indivíduos que ao agir de acordo com interesses egoístas produziria riqueza coletiva, Smith recorria a uma Providência, atribuindo a ela uma designação rematadamente religiosa. Segundo o autor, o indivíduo, ao agir sem ter a orientação para o interesse público, contribuía muito mais para esse interesse do que se agisse sob essa orientação, pois haveria uma racionalidade operando, cujos desígnios dão-se em um grau mais elevado e, portanto, para além das possibilidades de compreensão dos indivíduos em seus afazeres prosaicos. Para Smith (2013, p. 60), o indivíduo que

não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto o está promovendo. [Quando age] ele tem em vista apenas sua própria segurança; e ao direcionar essa indústria de tal maneira que seu produto possa ser do maior valor possível, ele tenciona apenas seu próprio ganho, e nisso é, como em muitos outros casos, conduzido por uma mão invisível para produzir um desfecho que não faz parte de sua intenção. Ao perseguir seu próprio interesse, esse indivíduo frequentemente promove o

interesse da sociedade de forma mais efetiva do que se realmente tivesse a intenção de promovê-lo.

Polanyi, em texto de 1944, afirma que a invenção de um Mercado autorregulado (que não admite qualquer interferência) oculta uma inversão profunda nos fundamentos que justificam as ações e sustentam a sociedade. Conforme Polanyi (2012, p. 31), a sociedade capitalista

escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou unicamente desse princípio.

De forma simples: não é a economia que está organizada para atender os interesses da sociedade e para proporcionar bem estar às pessoas, mas a sociedade que precisa estar organizada para o melhor desempenho econômico; não é a economia que precisa estar direcionada para que a vida desenvolva-se, mas a vida que precisa estar comprometida com o desenvolvimento da economia. O resultado, por sua vez, não é simples: justifica-se a miséria na fartura (Freire, 1996). É um deus que concede com a indiferença, ou melhor, opera sua obra por meio dela. Não exige do indivíduo nada além de que pense apenas em si mesmo e busque formas de ampliar seus ganhos, que tenha no ganho pessoal a maior, se não a única, motivação para a ação. Para que essa Providência aja basta, então, que a aceitemos em sua ubiquidade e pervasividade, e, claro, que não a entravemos com questões sobre ética, moral e política (Dufour, 2008, p. 87-88; Souza, 2020, p. 14).

Assmann (1989, p.251) chama de idolatria do mercado:

O paradigma do mercado irrestrito inclui, na sua pretensão de caminho inclusivo e universal, o reclamo de uma adesão incondicional. Exige-se uma fé irrestrita e uma confiança ilimitada no caráter benéfico da lógica econômica do paradigma. Tendo presentes muitas ressonâncias bíblicas da linguagem dos profetas acerca do que os ídolos prometem, mas não podem dar, diríamos em resumo: trata-se de um paradigma que pretende explicar por onde a vida adquire sentido, como se viverá livre e feliz, qual é a base da segurança individual e social, que caminho seguir para o bem comum, em que consiste o progresso material e espiritual dos povos. Nas suas formas mais exacerbadas, mas que não são outra coisa que o desdobramento consequente da lógica do paradigma, aparece a exclusão explícita de uma busca, coletivamente participada, de metas sociais prioritárias e uma anulação prática dos temas sociais mais candentes, mediante dogma de que nos é impossível adquirir certeza e consciência acerca de objetivos desse tipo devendo ser confiada a sua melhor efetivação à própria lógica dos mecanismos do mercado. Em síntese, o reclamo de adesão incondicional se reveste com todas as características da fé religiosa mais dogmática e inconcussa.

Hayek (2014), em seu discurso, quando agraciado com o prêmio Nobel, em 11 de dezembro de 1974, intitulado a “A pretensão do conhecimento”, afirma a impossibilidade dos economistas em imitar os procedimentos das ciências exatas, capazes de construir previsões que permitiriam orientar o funcionamento das relações de troca. Tal tentativa, na economia, seria equivocada em razão de que não haveria a possibilidade de mensuração dos fatores incidentes nos eventos do Mercado, pois

Sabemos, é claro, a respeito do mercado e de outras estruturas sociais similares, que existem muitos fatores que não podem ser mensurados e sobre os quais temos, na verdade, apenas algumas informações muito genéricas e imprecisas (Hayek, 2014, p. 596).

É, de fato, a superioridade da ordem de mercado – e a razão pela qual, via de regra, quando não suprimida pelos poderes governamentais, esta sobrepuja os outros tipos de ordem – que na alocação de recursos resultante utilizará mais do conhecimento dos fatos particulares dispersos entre um número incontável de pessoas, mais que o conhecimento de quaisquer fatos que uma só pessoa detenha (Hayek, 2014, p. 598)

Estamos apenas começando a compreender quão sutil é o sistema de comunicação em que o funcionamento de uma sociedade industrial está baseado – um sistema de comunicação que chamamos de mercado e que vem a ser um mecanismo mais eficiente para digerir a informação dispersa do que qualquer homem tenha deliberadamente concebido (Hayek, 2014, p. 603).

Hayek parece estar descrevendo uma entidade sobre-humana (superior), supostamente onipotente (desde que não seja atrapalhada), potencialmente onisciente, cuja eficiência é evidente por si mesma. Contudo, é frágil e não temos clareza sobre sua natureza e seus dons, já que se manifesta sempre por seus efeitos e de forma sub-reptícia. Como na primeira carta de Paulo a Timóteo, são os “mistérios da fé” (Timóteo 3:9). Benjamin (2019, p. 35), antecipando isso, afirma que é na religião do capitalismo o “Deus tem que ser dissimulado [...] O culto é celebrado perante uma divindade não amadurecida, e cada ideia que dela se faça, cada pensamento, ofende o mistério”. Ou seja, o Mercado precisa ser apresentado como natureza, como uma entidade sobre-humana, independente, autorregulada, bem como como a Verdade, o destino da humanidade. Qualquer interferência, qualquer blasfêmia, portanto, ofende a divindade que reage com fúria: “o Mercado está nervoso”. É da acusação de falta de fé que Friedman faz uso em uma tentativa de explicar os fracassos do capitalismo no que diz respeito aos resultados prometidos (a sua suposta eficiência em produzir riqueza coletiva, bem comum etc.): “No fundo de todas as objeções contra o livre mercado há uma falta de fé na liberdade humana” (*apud* Hinkelammert, 1983, p. 111). Discutindo essa afirmação, Souza (2020, p. 115) contesta: “O próprio discurso contraditório faz parte do argumento. Não se trata de perguntar por que, se a livre economia funciona tão bem, há objeções a ela, mas sim de afirmar que, de algum modo, quem morre de fome por efeito colateral da livre economia está a pagar por sua ‘falta de fé na liberdade humana’”. Trata-se, então, de uma “rematada utopia” (Polanyi, 2012) que só se sustenta na medida em que ocupa todos os aspectos da vida e controla, de forma violenta (que nem sempre emerge à superfície do visível), a crítica que potencialmente ousa apontar a sua nudez real.

É justamente a fragilidade dos fundamentos do neoliberalismo que explica o esforço em defendê-lo. Posto em questão, evidenciados os fundamentos desse credo, o que resta senão a evidência, essa sim factual, visível a olhos nus em qualquer cidade, grande ou pequena, dos resultados do neoliberalismo: ampliação da desigualdade, miséria na fatura, destruição ambiental, violência e morte? Esforço que se dá desde a mais tenra idade através do inculcamento dos valores neoliberais, a dimensão propriamente educativa do neoliberalismo.

Sufrimento como liturgia

Na seção anterior buscamos afirmar, a partir de autores críticos e de “profetas”, que o capitalismo, especialmente o tardio ou neoliberal, é fundamentado em uma crença nunca admitida enquanto tal. Uma teologia escamoteada com um deus imaturo. Tal crença desencoraja a ação, ou seja, a intervenção humana que possibilita a emergência do novo, e sustenta que compreende uma pretensão vazia a de coordenar de forma planejada o Mercado, pois sua ordem é espontânea, feita de fatores imponderáveis que acabam sempre incidindo sobre a realidade de forma mais decisiva: “o funcionamento de ordens espontâneas por meio das quais, sem compreendê-las, o homem é imensamente assistido na busca dos objetivos”. Estamos, portanto, no campo de uma Providência.

Em seu texto seminal, Benjamin havia identificado outra característica da nova religião, para além de ser de puro culto e de culto permanente: “o capitalismo é provavelmente o primeiro caso de culto que não redime, mas deixa um sentimento de culpa” (2019, p. 35). Ou seja, não é possível estar satisfeito, pois mesmo o sucesso é assombrado pela concorrência. A plenitude é uma impossibilidade. Nesse cenário de frustração, a responsabilidade é individualizada, ou melhor, a culpa pelo fracasso pesa sobre os ombros do indivíduo isolado. Polanyi (2012), também em texto seminal, havia indicado que a sociedade moderna operou uma inversão na fundamentação das decisões, ou seja, no lugar da honra, da glória, da memória e, até mesmo, do medo, o lucro (ou o ganho) foi erigido como valor principal a ser considerado. Contudo, no atual estágio do capitalismo, outra inversão também se verifica. Podemos afirmar que essa é uma exclusividade do neoliberalismo frente outras formas de organização do capitalismo: a relação com o sofrimento.

Se considerarmos que o capitalismo neoliberal é uma religião, o sofrimento é a sua liturgia, e, lembremos, permanente. Por liturgia empregamos a definição que segue, oriunda do catolicismo:

A Igreja assumiu e aplicou o termo liturgia no sentido de “serviço divino”, serviço religioso e ritual. É, ao mesmo tempo, a salvação realizada por Deus na sua Igreja e o culto prestado a Deus por essa Igreja. Portanto, quando falamos de liturgia, incluímos tanto o agir de Deus em nosso favor, quanto o nosso agir comunitário dirigido a Deus. Então, em liturgia temos dois movimentos: ascendente e descendente. De nós para Deus e de Deus para nós. Elevamos a Deus nossos anseios, súplicas e agradecimentos (movimento ascendente), e de Deus recebemos abundantes graças (movimento descendente) (Miguel, 2018, p. 1).

O sofrimento não como forma de chegar a um deus que redime, mas que alimenta esse deus (movimento ascendente) em troca de algumas benesses que se materializam sobretudo na forma de poder de consumo (movimento descendente) que, por sua vez, realimenta esse deus permanentemente faminto.

A promessa liberal (e aqui não interessa discutir o quanto essa promessa era séria) apontava a redenção pela técnica, ou seja, que a inventividade humana estimulada pela livre-empresa resultaria na ampliação da qualidade de vida, em um Estado ideal em que o esforço e o sofrimento reduziriam a mínimos denominadores (o progresso como promessa).

O neoliberalismo não tem promessa, a não ser a do próprio crescimento da economia e, logo, das dimensões da vida sob governo do Mercado. Mais do que isso, no neoliberalismo o sofrimento é parte importante do crescimento da economia (em várias frentes, da indústria farmacêutica a especulação com fundos de saúde privada; do sistema financeiro ao serviço público que passa a ser gerido por lógicas privadas). Dunker (2017) afirma, com o que concordamos, que o neoliberalismo é uma forma de “gestão do sofrimento psíquico”: metas cada vez mais ousadas e, assim, distantes da realidade, concorrência em todos os setores da economia, pressão por resultados, por novidade, por inovação.

A pressão é externa, mas o sofrimento é autoinfligido. As pessoas precisam engajarem-se e sacrificarem-se para atender às demandas do Mercado. Exige-se um comprometimento de duração permanente que não leva em consideração o custo humano do empreendimento (Crary, 2016). Com “sofrimento autoinfligido” não se quer aqui culpabilizar as pessoas. Antes o contrário. O sofrimento é o resultado do estressamento da competição acompanhada pelas ideias como empreendedorismo, empregabilidade e inovação. A ideia de empregabilidade atribui ao indivíduo a responsabilidade por manter-se atrativo para o Mercado, investindo recursos e tempo em formas diversificadas de qualificação que, por sua vez, são oferecidas por diferentes canais (Crary, 2016; Han, 2018).

O empreendedorismo, como valor não apenas como prática, oculta uma concepção de pobreza e sucesso. Ao sugerir, por exemplo, em todo lugar (haja vista a dimensão ubíqua do neoliberalismo) que o empreendedorismo é a solução para a condição de pobreza, o valor que está sendo mobilizado é o de que não há dimensões políticas na pobreza, que ela não é um problema social, mas individual, e que a manutenção ou a superação dessa condição é responsabilidade individual. Isso produz subjetividades neoliberais, ou seja, egoístas e orientadas para o ganho pessoal. Dedicar tempo, sono, lazer, e todo o sofrimento que isso envolve, seria, assim, um preço razoável para o sucesso. Nesse sentido, o fracasso e a pobreza são consequências da ação ou da inação dos indivíduos, por serem demasiado preguiçosos, ignorantes ou desqualificados (McLaren; Farahmandpur, 2001, p. 276). Muito além de ensinar a empreender (a parte prática, como podemos dizer), o educativo aqui é a naturalização (porque fundada em uma teologia que exige aderência) da ideia de pervasividade do Mercado, ou seja, de que é algo sempre em expansão, de que não há limite para o Mercado, de que sempre é possível ampliar o espaço de onde é possível extrair algum ganho. Mas também de que é preciso ser rápido e estar atento, de que é necessário sempre investir em si mesmo (em seu capital humano, para usar a expressão de Friedman), e, sobretudo, que outro pode ser mais rápido, que a cooperação só interessa se proporcionar ganhos, que, se fracassar a responsabilidade é do próprio indivíduo, que não foi capaz de ler e se antecipar aos esquivos movimentos do Mercado, esse deus que se apresenta sub-repticiamente. A internalização desses valores, e logo, o sofrimento autoinfligido, diz respeito a dimensão propriamente educativa do neoliberalismo.

O neoliberalismo tem como característica ser um processo que não admite retorno, neutraliza e domestica a crítica, se infiltra e parasita instituições que poderiam, de alguma

forma, oferecer perspectivas alternativas. Nesse avanço sem freios expande suas fronteiras e busca firmar sua própria verdade como a única verdade (Dufour, 2008), não só na esfera econômica, mas também em todas as esferas da vida, individual e social: aspira à Totalidade (Souza, 2020). E, diante da constatação de que não se “pode adquirir o pleno conhecimento que daria o controle dos eventos possíveis (sic)”, Hayek (2014, p. 603) recomenda, para não causar mais danos a humanidade em tentativas de melhorias da ordem, “usar o conhecimento que conseguir adquirir, não para moldar os resultados como um artífice faz com sua obra, mas, ao contrário, para cultivar um crescimento ao oferecer um ambiente favorável, aos moldes do jardineiro com as plantas”. Há muito espaço para novidade, mas nenhum para o novo. Um dos fatores do sucesso do neoliberalismo, no que diz respeito a batalha pelas almas, para nos mantermos em um terreno religioso, é o de que há uma comodidade no sofrimento, um contentamento: é confortável a ideia de que não há alternativa, por mais que isso signifique, no limite, a própria aniquilação. Conforto não é redenção, compreende, antes, alguma graça provida pela divindade. Em texto de 1944, Adorno e Horkheimer (1985, p. 14) já apontavam: “Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele”.

A interdição do novo, pois ofende o mistério (Benjamin), revela uma outra característica da religião do capitalismo neoliberal que tem profunda relação com o sofrimento, já que reduz sobremaneira o horizonte de expectativas: ela é reacionária. Não porque está presa à valores tradicionais (esses são maleáveis de acordo com os interesses do Mercado), mas porque é uma utopia contra-utópica, ou seja, reage com violência contra toda alternativa que se apresente. A preocupação com a liberdade do Mercado, não se amplia a outras instâncias da ação humana. A ideia de controle e repressão dos corpos e mentes se estabelecem como pressupostos para a efetivação da liberdade do Mercado (não atrapalhar o curso “natural” das coisas). O slogan “liberal na economia conservador nos costumes” expressa a vinculação congênita entre Fascismo e Neoliberalismo. Ser conservador nos costumes significa reforçar a manutenção das estruturas de poder de uma sociedade, em especial na defesa do patriarcado, do racismo, do patrimonialismo, concepções fundamentais para as estruturas autoritárias, especialmente as de caráter e orientação fascistas. Sendo que o próprio Hayek (1976) defendeu a utilidade eventual de governos autoritários, tendo feito apologia ao regime ditatorial chileno e Friedman (1982) via na experiência chilena sob o regime de Pinochet uma materialização de suas teorias. Aliás, várias são as manifestações neoliberais de defesa de ditaduras, principalmente na América Latina, tendo-as como meios de salvaguarda do livre mercado, ou seja, a liberdade do mercado se punha como antítese da liberdade política. O brocardo mencionado pode ser traduzido em liberdade para o mercado, que contrasta com o aprisionamento do corpo no âmbito da sexualidade, da identidade e das relações de trabalho. Em resumo, corpos ao dispor do poder e do lucro. A liberdade é para deus e sua Providência se encarregará do resto.

O neoliberalismo produz subjetividade neoliberal, ou seja, indivíduos que condicionam suas ações e as relações com o tempo e com os outros a partir da ideia de

ganho (lucro ou perspectiva de lucro). Esta relação comercial não se dá apenas entre indivíduos, mas ela é também internalizada, baliza as decisões mais corriqueiras e as mais importantes. A ética e a moral são relegadas a uma dimensão secundária frente ao critério essencial (lucro). Não apenas elas, a própria vida, entendida aqui como existência não ocupa um lugar de destaque, haja vista que não é para a vida que o sujeito neoliberal se envolve nas questões econômicas, mas que os resultados econômicos que justificam sacrifícios em parcelas importantes da vida, como o lazer, o sono, o descanso, o convívio familiar etc. O tempo é imolado no altar do deus Mercado.

A miríade do mesmo: o educativo na inovação neoliberal

Nas partes anteriores, à luz da literatura, procuramos sustentar que o capitalismo neoliberal compreende uma teologia que tem no sofrimento, ou seja, na ideia de entregar-se por inteiro a esse culto para, em troca, receber alguns benefícios que potencialmente colocam o indivíduo em algum lugar de prestígio na escala de poder de consumo, a sua liturgia própria. Afirmamos também que o capitalismo, em razão de sua aspiração à Totalidade, compreende um fenômeno educativo. Ou melhor, não se trata apenas de um conjunto de agências que tem no campo educacional um interesse especial e para isso o tensiona e molda de acordo com seus valores. Essa acepção em si não está errada, contudo compreendemos que ela é insuficiente. Essa concepção da relação entre capitalismo neoliberal e educação tornaria mais fácil, inclusive, a resistência ao avanço do Mercado sobre essa atividade, pois tratar-se-ia de identificar e procurar estratégias de imunização à contaminação mercadológica.

Ao destacar que o capitalismo é um fenômeno educativo queremos afirmar que ele, em si, educa, produz subjetividades. E, além disso, que a pretensão à Totalidade (sua dimensão divina) o torna um fenômeno educativo total, *sans treve et sans merci*, como nos lembrava Benjamin. Os valores do Mercado se fazem presentes, ou melhor, orientam a educação formal, não formal e informal. Estão no desenho curricular, na relação das redes de educação com os professores, na burocratização do trabalho docente, na formação de professores, na relação professor-alunos e alunos-alunos, na relação da família com a escola; na profusão, especialmente nas redes sociais e em plataformas virtuais, de cursos oferecidos por coachs com promessas de desenvolvimento pessoal nas mais diversas áreas; na literatura de autoajuda, campeã de vendas, com as mais criativas receitas de sucesso; na literatura científica (ver Tavares, 2019); no encontro com o Outro, essa permanente ameaça.

A ubiquidade dos valores de Mercado não é o critério pelo qual o consideramos uma teologia, mas o fato de que é a partir desses valores que quase tudo (aspiração à Totalidade) é organizado. Em outras palavras, a partir do momento que se afirma que é preciso adaptar-se às demandas de um mundo em constante mudanças, já não há mais espaço para questionar a desejabilidade dessas mudanças, qual o seu custo ambiental, social, humano, quantos ecossistemas culturais serão eliminados e inseridos na lógica perversa e padronizada da sociedade de consumo que transforma até bens culturais e

naturais em *consumptibilis* (Alba Rico, 2007), como fica evidenciado no turismo voraz, instagramável.

A recomendação de Hayek (2014) tornou-se regra geral: não ser artífice, mas jardineiro. Deus existe e o mundo é esse, há que se adaptar a ele, aderir ao seu culto. O melhor que se pode fazer é “oferecer um ambiente favorável”. Essa teologia coloniza a educação formal contemporânea (além de espriar-se nas demais formas) e sua Verdade, pretensamente apresentada como a única (Dufour, 2008), hoje se torna visível na ênfase por inovação e empreendedorismo, ídolos gêmeos inseparáveis no altar do culto neoliberal. A recomendação de Hayek e a sua metáfora do jardineiro ficam evidentes no fragmento de uma reportagem publicada no Jornal da USP de 07 de março de 2019 que cobria o evento “SciBiz Conference, o maior evento de inovação e empreendedorismo do Brasil, realizado entre 25 e 28 de fevereiro na USP” (Escobar, 2019, p. 1):

Nesse contexto, segundo os pesquisadores, o fomento à inovação nas universidades passa necessariamente por uma mudança cultural, não só no sentido de derrubar preconceitos arraigados quanto de semear o interesse pelo empreendedorismo e criar um ambiente propício para que ele floresça dentro da academia

Embutida na afirmação acima encontra-se uma acusação: a de que a universidade (poderíamos estender para toda educação formal) é um local ultrapassado e resistente às mudanças, um castelo parado no tempo, indiferente à efervescência do mundo contemporâneo. Contudo, e aqui se reafirma o caráter pervasivo da racionalidade de Mercado, não há mais espaço para instituições que resistem ao culto do útil. Conforme dois participantes entrevistados pela reportagem citada, um diretor de uma agência de inovação da USP e um diretor científico de outra agência de inovação da mesma instituição: “As universidades são financiadas com recursos públicos, e a resposta às demandas da sociedade é algo esperado daqueles que a financiam’ [...] ‘Hoje em dia as universidades têm de prestar contas não só aos seus alunos, mas também à sociedade” (Escobar, 2019, p.1). Prestar contas significa apresentar resultados. É uma concepção capitalista que compreende a universidade como uma prestadora de serviços que só se justifica na medida em que gera algum tipo de ganho, de valor, de produto que pode ser rentabilizado.

A noção de educação como um serviço prestado está alinhada ao discurso neoliberal de “*Value for Money*”, ou seja, do “bom uso do dinheiro dos impostos” (Guilherme; Picoli, 2019, p. 4). Por diversos meios se culpabiliza professores e redes de ensino pelo fracasso econômico e social, isentando concomitantemente, o próprio sistema que se alimenta da desigualdade e da redução de perspectivas de futuro (de sofrimento, portanto). Além disso, produz uma importante alteração na abordagem sobre o trabalho docente: não mais tomado pelo modelo profissional, mas, sim, pelo modelo de mercado, no qual “[...] as instituições educacionais e os educadores individuais devem ser flexíveis, que devem responder às necessidades dos aprendentes [...] segundo o princípio de que o aprendente/consumidor está sempre com a razão” (Biesta, 2017, p. 38). Como se os desejos e as necessidades não fossem também eles profundamente influenciada por valores neoliberais, pela lógica da obtenção de algum tipo de ganho como motivo primeiro

de qualquer forma de engajamento. Educação, então não se justifica porque é um direito, mas porque produz resultado. Aqui, novamente, atende-se o apetite desse deus oblíquo.

A definição legal de inovação, instituída pela Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Brasil, 2004), compreende-a a partir da noção de resultado, ou melhor, explicitamente de ganho. No Artigo IV, cuja redação foi alterada pela Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016 (Brasil, 2016), consta:

Nesse contexto, segundo os pesquisadores, o fomento à inovação nas universidades passa necessariamente por uma mudança cultural, não só no sentido de derrubar preconceitos arraigados quanto de semear o interesse pelo empreendedorismo e criar um ambiente propício para que ele floresça dentro da academia

O procedimento permanece-se válido enquanto detentor da crença que produz melhor resultado, quando se esvazia essa crença deve-se exigir outro procedimento advindo dos oráculos da divindade. Nessa perspectiva, a “espontaneidade do Mercado” coliga-se ao “padrão industrial de produção”, o qual conjuga produtividade, controle, uniformidade, sincronia, escala e previsibilidade na geração de mercadorias. É interessante destacar o aparente paradoxo que a defesa da inovação e do empreendedorismo carregam: a inovação e a criatividade, para serem admitidas, precisam ter um fim previsível: lucro, ou, como diz a definição legal, “efetivo ganho”. Assim, é inovação que fechada ao novo. Conforme um dos palestrantes do evento, também entrevistado pela reportagem: “O conhecimento só tem valor se você consegue transformá-lo em algo útil para a sociedade” (Escobar, 2019, p. 2). A busca por sabedoria, é solapada pela procura por “receitas” de sucesso, felicidade, equilíbrio, beleza e, sobretudo, utilidade. Tal busca é orientada pelo horizonte do procedimento, é a tentativa de saber sem pensar, afinal, para este credo, aprender é “buscar conhecimento” não a exposição ao pensamento, ou melhor, expor-se ao pensar.

A partir do exposto acima é possível afirmar que a concepção neoliberal de inovação é negacionista: toda novidade é desejada, mas o novo é interdito; tudo é permitido, exceto outro mundo. Trata-se de uma miríade do Mesmo, de um reino da mesmidade, em que o denominador é o lucro, como nos alertou Polanyi. As atividades inerentes ao ensinar passam a ser vistas como difusão, aprender como busca de conhecimento, um processo onde o pensar fica, na melhor das hipóteses, esquecido. A concepção de pensamento, na perspectiva do Mercado, é instrumental, como já apontavam Adorno e Horkheimer: um empreendimento com ancoradouro já definido na sua partida, um meio para um fim, e que não admite desvio de rota. Se o pensamento questionar a especificidade do propósito dado a investigação científica, ou ir além dela, perde a razão de ser, afinal, quem vai financiar algo que diz que o financiador está errado, ou ainda mais grave, não lhe trouxe resultado. Em tal intento “inovacionista”, o pensar tem como virtude a funcionalidade. O pensamento que seja disfuncional, ou seja, desviado da busca de resposta que gere melhor resultado mercadológico, por mais racional que seja, será inadequado.

Outro entrevistado, coordenador do Centro de Inovação da USP afirma: “Queremos trabalhar com uma taxa de risco maior; com propostas verdadeiramente fora da caixa, que tenham caráter disruptivo, mas não sejam impossíveis de realizar [...] Se vai dar certo ou

não, vai depender da nossa organização e da nossa criatividade” (Escobar, 2019, p. 2). O que define a possibilidade e/ou a impossibilidade de empreender uma proposta? Isso nos leva a outra questão: considerando o condicionante estabelecido (ser possível, portanto, ser, em termos de Mercado, viável, mesmo que arriscada) o que significa “disruptivo” aqui? Disruptivo significa necessariamente romper com o dado, com o status quo, com a ordem das coisas, interromper um processo em curso. Mas é disso que se está falando aqui? A nós parece que “disruptivo” foi semanticamente sequestrado e sua aplicação diz respeito ao desbravamento de um novo nicho, um novo produto ou procedimento, adequado à ideia explorada anteriormente de empreendedorismo enquanto crença de que o mercado é um ente em constante expansão e de que é preciso perceber esse movimento para empreender no tempo em que a oportunidade se mostra. Nada menos disruptivo que isso.

Além disso, a ideia de que o sucesso ou o fracasso “vai depender da nossa organização e da nossa criatividade” tem outra implicação que não pode ser desconsiderada: ela condiciona a inventividade ao “eu”. A crença do sujeito como dominador da criatividade, faz com que a invenção seja transformada em um processo arbitrário, que responda aos propósitos, científicos ou não, feitos das “necessidades do Mercado”, esse deve ser “o produto” da ação criativa. Para assenhorar-se funcionalmente do processo criativo é preciso selecionar os conhecimentos, segundo a crença mercadológica, com vistas a evitar que o contrário aconteça, ou seja, que as ideias redefinam as crenças, fator de instabilidade e imprevisibilidade nocivos ao Mercado. Aí seu caráter teológico e de divindade não amadurecida a que Benjamin se referia. Um exemplo evidencia isso: o incentivo ao desenvolvimento de carros elétricos se dá sob o signo da inovação, como expressão da capacidade de responder às necessidades e aos problemas de transporte e do meio ambiente. Entretanto, seu estímulo, desconectado da promoção de tecnologias e políticas de transporte público, alia-se inescrupulosamente ao negacionismo: nesse cenário poder-se-ia chegar à conclusão de que é ecologicamente mais responsável investir em políticas urbanas para que o veículo individual seja preterido em favor de transporte coletivo, que poderia ser, inclusive, movido à combustível fóssil. Mas isso pode ser pouco lucrativo.

Se em outros tempos o bordão que evocava a importância do aprendizado era a possibilidade de “abrir horizontes”, e o substantivo horizonte era invocado em múltiplas atitudes cognitivas, na atualidade seu desuso vem pela intensa propagação do “foco” como um imperativo de proatividade, tratado até como um problema educacional (a suposta falta de foco) na formação intelectual. Na realidade, sobra foco, falta panorama, falta perspectiva. O apelo ao foco é na verdade a busca por segmentação, dissociação e a seletividade ideológica, marcas do negacionismo.

De fato, o que se verifica é a negação do pensamento, por isso a concepção neoliberal de “inovação” é negacionista. O que é pensamento se não o parar de fazer o que se está fazendo para pensar? (Arendt, 2000). Ou colocar em perspectiva os sentidos do que fazemos, sua desejabilidade? (Biesta, 2017). Ou ainda, como nos alertava Benjamin (1987), puxar o freio de segurança de um mundo em colapso? No aforismo “Alarme de incêndio” Benjamin (1987, p. 45) oferece uma ilustração do pensamento, quando afirma

que, se nada for feito "até um momento quase calculável do desenvolvimento econômico e técnico [...] tudo está perdido. Antes que a centelha chegue à dinamite, é preciso que o pavio que queima seja cortado".

A ciência quando supedâneo do pensar, ou melhor, o contrário, a ciência alavancada no conhecimento fruto do pensar, revela os limites, a impotência e a precariedade da condição pessoal e humanitária. Tal constatação pode converter-se em transcendência, potência e superação na medida da habilitação intelectual ao trato desta realidade, feita de limites, impotência e precariedade. Mas tal movimento é feito de angústia, e a angústia é o maior óbice ao resultado desejado pela deidade faminta. O neoliberalismo educa para a recusa da angústia, para a adesão à maquinaria da opressão, para a indiferença sobre o custo humano de seus avanços, sobretudo na medida em que atinge a condição de "verdade natural" e "sagrada" (nunca posta em questão).

A negação da reflexão sobre os rumos decorrentes da sujeição à lei da oferta e procura, à lei dessa divindade de mão invisível, reafirma de forma cínica o descaso com as consequências nefastas da opressão, pois suposta espontaneidade do Mercado se faz indiferente às vítimas da sua ação. Numa escalada que leva da dissonância cognitiva à cegueira deliberada, a indiferença é o ponto trágico de intersecção entre cognição e ética. Em uma sociedade em que a cobiça assume a forma de defesa do eu, pela maximização do gozo e da acumulação (Hinkelammert, 2012), combinada com a concorrência com outrem, a indiferença, além de cômoda, torna-se funcional, terapêutica e até libertária, na medida que salva o eu das admoestações da consciência. Nesse horizonte, ela livra o indivíduo da interpelação do Outro, da angústia da opção e da ruptura que a ação fundamentada exige, por isso a indiferença é a forma mais violenta de desumanidade. A indiferença é o comportamento normal(izado) do neoliberalismo.

A concorrência predatória, como mecanismo de decantação dos fracos, ganha força com o, e, por sua vez, produz subjetividades que fortalecem a construção do "eu" moderno, afirmado em contraposição ao Outro. Como mecanismo de afirmação, pela via da sobreposição do eu, implica contenção do diferente em sua imprevisibilidade, e a previsibilidade é, no âmbito da intersubjetividade, a tentativa de redução do infinito que o Outro representa (Levinas, 2009). É preciso controlar e legitimar a sujeição, e ao procedimento construído cientificamente (racionalidade instrumental) cabe operar a cisão entre ética e técnica. Isso garante impessoalidade, isenção e racionalidade. Trata-se de outra dimensão do negacionismo da concepção neoliberal de "inovação": nega-se a responsabilidade ética sobre os efeitos das ações que são tomadas como decisões técnicas a partir da leitura dos desdobramentos dos movimentos sinuosos do Mercado que, como afirmava um de seus profetas mais proeminentes, são de difícil compreensão para nós, meros mortais.

Conclusão

"É preciso que as coisas sempre mudem para continuarem como estão", a máxima de Lampedusa (2017), escrita em 1956, é muito reveladora do espírito inovador difundido

em muitos espaços de ensino. A liturgia neoliberal cobra a conversão em mercadoria de todos os “insumos” da vida, vê em toda falta uma oportunidade de ganho financeiro ou libidinal.

A tecnologia expande a possibilidade de negócios, essa é a crença mais tradicional, contudo, na profissão de fé neoliberal essa lógica tende a ser invertida, os negócios passam a determinar os rumos da expansão tecnológica. Inventos que impactam na redução de mercadorias são rechaçados, sequer são difundidos como inovação, em prol daqueles que geram novas “soluções” que permitam maior “valor agregado” e uma maior “fluidez de ativos.” Outro aspecto oculto é o fato dessa orientação para inovação tecnológica ser uma importante estratégia de barateamento da mão-de-obra, por meio de mecanismos que intensificam a exploração e pulverizam o trabalho.

No mesmo ímpeto, o apelo por resiliência física e mental cresce na mesma medida da promessa de bem-estar que as inovadoras mercadorias, cada vez mais sortidas, necessárias e prestacionadas, fazem. Afinal, aceitação, beleza, prazer, conhecimento, paz, conforto, experiência sensorial, água, gozo e em breve ar, são mercadorias acessíveis na medida da capacidade aquisitiva de cada um, elas são a possibilidade de expansão de uma estratégia de acumulação que já não tem como, nem para onde se expandir.

A razão instrumental determina o alcance da criatividade, que só é válida enquanto expediente de lucro ou promessa de gozo, por conta disso, a aproximação entre e inovação e negacionismo. Na concepção neoliberal de inovação, educar é um processo com propósito de desenvolver uma criatividade funcional, adestrada e livre de senso crítico, em que os limites da ciência são os limites expansivos da acumulação capitalista, os quais precisam ser transpostos para manutenção da vigência do modo de produção. O educativo, em si, dessa concepção, é a naturalização do capitalismo e da pressão por sempre desbravar novas áreas, oferecer novos produtos, inovadores. O mercado é universo, fora dele, o nada que não pode ser perquirido, muito menos pensado.

A partir dessa definição podemos afirmar que o neoliberalismo compreende um discurso educativo que atravessa as relações entre as pessoas e destas com as coisas. Para além disso, procura pervasivamente ampliar sua área de influência aspirando a Totalidade (Souza, 2020). Afirmamos que o neoliberalismo compreende um fenômeno educativo porque o “educativo” compreende o conjunto de valores que são mobilizados e oferecidos sem que precisem ser ditos. Ou melhor, são ditos com outras palavras, escamoteados, disfarçados e que parasitam outros valores (os mais publicáveis) esvaziando seu conteúdo. E as ações educativas são ubíquas e pervasivas, ou seja, ocorrem o tempo todo, em todo lugar, *sans trêve et sans merci*. Seu discurso de inovação é na verdade uma estratégia de renovação do capitalismo tardio.

O “fim da história” ganha dimensão cognitiva. Contudo, o desejo de Totalidade, autoritário em si, e ainda mais autoritário nos meios que usa, é a negação da totalidade, pois se deseja aquilo que falta. Desejo é sempre desejo de Infinito (Lévinas, 2009), por isso ele é a própria angústia. No reino da Mesmidade, angústia é sinônimo de agonia. Já para aqueles que querem o novo, é esperança em potência ou em latência.

Por isso, frente a teologia do Mercado e seus profetas, dois profanadores do Ceará nos socorrem: contra a pretensão de Totalidade, “tudo muda e com toda razão” (Belchior), e por isso, mesmo em um cenário tão inóspito é preciso lembrar que “eles são muitos, mas não sabem voar” (Ednardo).

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALBA RICO, Santiago. *Capitalismo y nihilism: Dialéctica del hambre y la mirada*. Madrid: Akal, 2007.

ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito: O pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2000.

ASSMANN, Hugo. A idolatria do mercado. In: ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: ensaios sobre economia e mercado*. Vozes: São Paulo, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Alarme de incêndio. Rua de Mão Única. Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para o futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. *Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 8 nov. 2024.

CRARY, Jonathan. *24/7: capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu, 2016.

DERMANGE, François. *Le Dieu de marché: éthique, économie et théologie dans l'œuvre de Smith*. Genève: Labor et Fides, 2003.

DUFOUR, Dany-Robert. *O divino mercado: a revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

DUNKER, Christian. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu, 2017.

ESCOBAR, Herton. Inovação: o ingrediente que desafia as universidades. *Jornal da USP*, 07 de março de 2019, atualizado em 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=228259>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIEDMAN, Milton. Free markets and the generals. *Newsweek*, 25 de janeiro de 1982.

GRENIER, Jean-Yves; ORLEÁN, André. Michel Foucault, l'économie politique et le libéralisme. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 62, n. 5, pp. 1155-1182, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0395264900035794>.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Neoliberalism and Education in the Global South: a new form of Imperialism. In: NESS, Immanuel; COPE, Zak (eds.). *The Palgrave Encyclopedia of Imperialism and Anti-Imperialism*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 1-13. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-91206-6_144-1.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.

HAYEK, Fredrich. *The Mirage of Social Justice*. Londres: Routledge, 1976.

HAYEK, Fredrich. A pretensão do conhecimento. *Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, v. 2, n. 2, 2014. DOI: <https://doi.org/10.30800/mises.2014.v2.691>.

HINKELAMMENRT, Franz. *A maldição que pesa sobre a lei*. São Paulo: Paulus, 2012.

HINKELAMMERT, Franz. *As armas ideológicas da morte*. São Pulo: Paulinas, 1983.

IPROPOSE. *Porque as Empresas Precisam Inovar*. 19 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.ipropose.com.br/porque-as-empresas-precisam-inovar/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

LÉVINAS, Emmanuel. *Humanismo do outro homem*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. The Globalization of Capitalism and the New Imperialism: Notes Towards a Revolutionary Critical Pedagogy. *Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, v. 23, n. 3, pp. 271-315, 2001. DOI: <https://dx.doi.org/10.1080/1071441010230304>.

MIGUEL, Luiz. O que é liturgia? Liturgia passo a passo. *Paulus*, 05 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/porta/o-que-e-liturgia/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PLÁ, Sebastián. *Investigar la educación desde la educación*. Madri: Morata; Cidade do México: UNAM, 2022.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SEBRAE. *Entenda a importância da inovação para a sua empresa*. 25 de agosto de 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-a-importancia-da-inovacao-para-a-sua-empresa,4bbf0a088aa32810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SMITH, Adam. *A mão invisível*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Ricardo Timm de. *Crítica da razão idolátrica: tentação de Thanatos, necroética e sobrevivência*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

TAVARES, Fernando Gomes de Oliveira. *O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária*. Educação, Santa Maria, v. 44, e32311, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644432311>.

Bruno Antonio Picoli

Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó.

Samuel Mânica Radaelli

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Palmas.